

TRABALHO: *Crescimento de 4% da economia não será suficiente para que índice volte ao nível registrado do início do Real*

Déficit e desemprego: desafios do próximo Governo

Descontrole no endividamento público preocupa o investidor estrangeiro e impede retomada do crescimento da economia

Regina Alvarez, Maria Luiza Abbott
e Leandra Peres

• **BRASÍLIA.** O presidente eleito este ano começará o seu Governo tendo que enfrentar velhos problemas. A redução do déficit público continuará sendo o calcanhar de Aquiles, pois é condição essencial para a retomada do crescimento, segundo analistas econômicos. O desemprego também foi eleito por eles como o outro grande tema da agenda presidencial. As taxas de desemprego no ano que vem serão menores que os 8,2% registrados pelo IBGE em maio, mas o crescimento de 4% da economia não será suficiente para que o desemprego retorne aos níveis do início do Plano Real, quando estava em torno de 5%.

— Acho que a taxa de desemprego cai de um a dois pontos percentuais em 99. A economia deve crescer em torno de 4% e, com isso, devemos voltar a ter uma taxa de desemprego menor

— admite do ministro do Trabalho, Edward Amadeo.

O economista do BNDES, Fábio Giambiagi, acredita que os empregos gerados nos próximos dois anos não serão suficientes para compensar os postos de trabalho fechados até agora ou para empregar as pessoas que passaram a procurar trabalho, o que deve manter a taxa de desemprego ainda alta. Segundo ele, haverá queda durante o primeiro ano de mandato do novo presidente, mas a média deverá ser igual a 1998. Para Giambiagi, seria preciso que a economia registrasse crescimento superior a 5% ao ano para que o desemprego voltasse ao que foi registrado em 1994.

— Isso só acontecerá no ano 2000, porque aí o Brasil poderá voltar a crescer a taxas de 6% ao ano, desde que as contas públicas tenham melhorado e as reformas se aprofundado. O Produto Interno Bruto (PIB) deverá aumentar 4% no ano que vem, um ritmo que já deverá ser alcança-

do no último trimestre do ano. Com isso, o desemprego ainda não volta a níveis anteriores à crise asiática — concorda o ex-ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira.

O setor externo e a inflação, os dois maiores problemas do presidente Fernando Henrique Cardoso no início de seu mandato, não estão mais entre os pontos críticos da política econômica. A inflação, segundo os economistas, deverá continuar em queda em 99, variando entre 2% e 3%.

Déficit acumulado pode chegar a 6,7% este ano

Além do desemprego, o próximo presidente terá que começar cortando gastos para mudar a tendência de crescimento do déficit público. Na avaliação de Raul Veloso, especialista na análise de contas públicas, o déficit acumulado este ano deve variar entre 6,1% do PIB e 6,7%, incluindo as despesas de estados, municípios, estatais e o pagamento de juros.

Quando o Governo gasta mais do que arrecada precisa se endividar para pagar a diferença. Se essa dívida entra em trajetória explosiva, o país não tem condições de pagar e é isso que preocupa o investidor estrangeiro. Quando desconfia que isso pode acontecer, retira o dinheiro que tem aplicado no país. Para evitar que isso aconteça, é necessário que o tamanho da dívida em relação ao PIB se mantenha estável, isto é, fazer com que a dívida não cresça mais do que a economia.

O estudo feito pelo economista Fábio Giambiagi, mostra que para manter esta relação estável, entre 30% do PIB e 35% do PIB no ano que vem, o Brasil teria que registrar um déficit consolidado, já incluindo as despesas com juros, que variasse entre 1,85% a 2,05% do PIB. Este resultado é considerado impossível por todos os analistas, pois exigiria que o Governo reduzisse o déficit dos 6,5% do PIB que deve registrar este ano, segundo as projeções feitas

por Giambiagi, para 2% do PIB.

— Sabemos que o ritmo é lento e ninguém acha que num ano o Brasil vai ajustar as suas contas. Mas o essencial é um sinal claro nesta direção — diz Giambiagi.

Para ele, o ritmo ideal de redução anual do déficit entre 1999 e 2002 é de 1% do PIB ao ano. O economista do BNDES lembra, entretanto, que o esforço em 1999 terá que ser ainda maior porque o Governo pode perder até 1,8% do PIB em receitas que foram obtidas com o pacote fiscal, mas que se esgotam no ano que vem. Além de menos dinheiro em caixa, o efeito da redução dos juros sobre as contas públicas será menor em 1999. Se a taxa média ficar em 19% ao ano, por exemplo, o ganho fiscal é de apenas 1% do PIB.

Para o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, a necessidade de ajuste fiscal não é incompatível com as metas de crescimento da economia:

— A melhoria na situação fiscal abre espaço para a queda de juros e crescimento da economia.

O ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, considera essencial que o próximo presidente comece a discutir a segunda etapa das reformas, incluindo a área fiscal, a legislação trabalhista e novas mudanças nas regras da Previdência.

— O déficit do setor público é estrutural e por isso depende de reformas. Segurar o gasto no caixa evita uma deterioração maior, mas não resolve o problema — explica Loyola.

Para o ex-presidente do BC, os investidores esperam do próximo Governo uma postura fiscal mais rigorosa. Na opinião do ex-ministro Marcílio Marques Moreira, a deterioração das contas este ano assustou os investidores e com o esforço que será obrigatório no início do mandato, o déficit nominal do setor público poderá baixar para cerca de 5% do PIB em 1999. ■